

# A concepção de transformação social e de emancipação na extensão universitária: em busca de novos rumos

Sonia Regina Mendes dos Santos<sup>1</sup>

55

Estudos Universitários

## Resumo

Esse artigo discute aspectos do Plano Nacional de Extensão para a institucionalização da extensão, a partir da análise do conceito de transformação social, entendo-o como constitutivo do ideário político das atividades da extensão, porém insuficiente para mobilizar e organizar as atividades da extensão. Nesse sentido, apóia-se em diferentes entendimentos sobre o conceito de emancipação, compreendo-os como desafiadores e pertencentes a diferentes formas de luta presentes em diversas manifestações de sujeitos sociais, nos vários lugares, formatos e sentidos, apropriados pelas várias culturas em defesa de um mundo mais justo e fraterno. Por meio do conceito de emancipação vislumbra-se uma nova diretriz para a extensão capaz de reconhecer e deflagrar junto a estudantes, docentes e participantes das atividades extensionistas a superação de determinadas condições sociais excludentes.

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Curso de Pedagogia do Programa de Pós-graduação - Curso de Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação das Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/UERJ. Endereço eletrônico: profsmendes@uol.com.br

**Palavras-chave:** Extensão - Institucionalização - Transformação social - Emancipação

## 1. O que preconiza o Plano Nacional de Extensão?

De acordo com o Plano Nacional de Extensão 1999-2001 (SESU/MEC: 1999, p. 1), a extensão se caracteriza como processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. Pela extensão a universidade encontra a sociedade e vê na oportunidade a elaboração/reelaboração/construção do conhecimento através da prática. Sendo que o retorno à Universidade será a ampliação do nível do conhecimento anterior. De acordo com o Plano Nacional de Extensão, a extensão é “prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população, que possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade, como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes”.

A extensão universitária se apresenta, então, como resultado da articulação com o ensino e a pesquisa, como instância capaz de identificar, fortalecer e legitimar o papel de universidade em sua relação transformadora entre universidade e sociedade.

“A Universidade como uma das expressões de organização e funcionamento da sociedade, deve relacionar-se construtivamente com o mercado e com os governos. No entanto, o horizonte da Universidade vai muito além disso, [...] não pode ser assistencialista, paternalista. O seu compromisso deve ser com a formação da Cidadania.” ( Franz, W, 2005).

Ao interagir com a realidade, a extensão se apropria do conhecimento popular e das necessidades reais da sociedade, o que possibilita de certo modo, construir um conhecimento técnico e científico voltado a soluções de problemas. Mas, o que será que ocorre de fato pela função da extensão na sociedade? Cabe a extensão definida como espaço de produção do saber advindos da aproximação efetiva entre a realidade e a universidade, conduzir-se pela idéia de contribuir para a transformação social? Que sentido damos as atividades extensionistas que nos asseguram afirmar nossa contribuição na transformação social? O conceito de transformação social seria o mais pertinente à atividade extensionista?

Diante dessas questões é importante partir da compreensão da Extensão como elemento processual e essencial que caracteriza as funções sociais e acadêmicas desenvolvidas pela universidade. Sua

ação de modo geral busca possibilitar o acesso pela comunidade externa ao conhecimento produzido nos diversos setores de ensino da universidade, o que não está assegurado é que necessariamente tais atividades de extensão permitem uma inter-relação com a comunidade no sentido de sua transformação. De um modo geral, o que caracterizou por longo tempo a extensão foram as práticas assistencialistas. Se no discurso parece que superamos essa etapa da extensão, o que pode nos indicar que estamos a caminho da transformação social?

A extensão tem sido de sobremaneira entendida como forma de intervenção social, possibilitando a disseminação e socialização do conhecimento produzido para além dos espaços acadêmicos, visando atender as necessidades comunitárias. Diante da grandeza das demandas sociais que as universidades podem interferir, ao mesmo tempo, que se pode verificar as possibilidades e maneiras circunscritas de seu quadro de professores e discentes identificados com a causa e capazes de conduzir o processo, alentados por um conjunto de diretrizes e idéias cabe como indagação, a princípio por razões ideológicas e seguida de razões mais práticas, interpelar sobre a propalada idéia de transformação social que temos cultivado na extensão.

Um aspecto central nesses debates sobre as finalidades da extensão sempre foi a tentativa de superar o caráter assistencialista de suas práticas. Durante década e até os dias atuais o “social” da universidade, esteve reduzido ao assistencial, a oferta de prestação de serviços de saúde e educação. Como o intuito de melhor preparar os seus estudantes e atender as demandas da comunidade local, a extensão incumbiu-se de trazer para a universidade atividades que seriam de órgãos sociais públicos sem a devida contextualização educativa e científica marcadamente de visão extrínseca e compensatória de cidadania.

Com origens nos movimentos estudantis e de docentes militantes em busca do diálogo com a sociedade, certamente a extensão universitária tem se constituído como espaço importante na construção de um conceito de universidade como um bem público. Contudo, cabe ainda ser repensada a luz das próprias diretrizes conclamadas por meio do Plano Nacional. O que a sociedade espera da universidade e o que efetivamente ela é capaz de oferecer, fazer, comprometer-se?

Nesse sentido, a questão será priorizar e criticar a direção assumida no Plano Nacional pelo ideário de transformação social, que assume identificar a universidade como capaz de gerar impacto, de maneira que efetivamente promova mudança social. De forma a aprofundar o entendimento dessa diretriz optou-se por trazer a tona uma concepção politizada sobre o tema de modo a argumentar em prol de uma extensão mais identificada com a emancipação dos sujeitos.

## 2. Transformação social ou Emancipação? A universidade desafiada.

Não seria papel da extensão formular alternativas para as soluções dos problemas sociais? E, por vezes, exemplificar e desdobrá-las em análises das políticas públicas? Qual seria uma diretriz mais viável para extensão?

De antemão vale anunciar que não se está renunciando a esse ideário, mas ao mergulhar nos entendimentos sobre transformação social, encontrar pistas para que a extensão possa assumir mais claramente proposições para o seu desenvolvimento na universidade e na sua relação com a sociedade. Cabe ainda destacar que para reavaliar a institucionalização da extensão e fornecer indicadores para o seu processo avaliativo é essencial uma política clara que inclua conceitos e diretrizes consistentes ao trabalho a ser desenvolvido.

O processo de transformação social tem nos autores mais clássicos da sociologia (Marx, Weber), cada um a seu tempo uma importante compreensão da dinâmica da sociedade.

O processo de transformação social, no entendimento de Karl Marx (2001), está estreitamente relacionado com as contradições e com as lutas de classes que se desenvolvem na própria base material da sociedade. Trata-se de uma concepção que contempla uma relação dialética entre infra-estrutura e superestrutura, entre ser e consciência, enfim, uma relação onde o homem é considerado como sujeito ativo no processo; um sujeito que, dentro de certas circunstâncias, influi na transformação social. Assim, pode-se dizer que, para Marx, a transformação social ocorre numa determinada consciência, fruto das contradições que se manifestam na base material da sociedade que leve aos homens conservar ou modificar a realidade social.

Para explicar melhor seu ponto de vista sobre a transformação social no mundo capital, Marx entende que os trabalhadores dispersos no início do capitalismo sem consciência das condições degradantes de sua existência somente ao longo do processo adquirem a consciência política de sua condição de explorados e dominados. Como o desenvolvimento das forças produtivas desenvolve-se, por um lado, a classe dos capitalistas e, de outro lado, a classe proletária. De um lado, uma classe que quer manter as suas condições privilegiadas de existências, de outro lado, uma classe que pretende

promover mudanças profundas em suas condições degradantes de existência. O desfecho dessas contradições entre forças produtivas e relações de produção e antagonismo de classes vai depender das circunstâncias históricas. Uma transformação mais radical da sociedade emergiria na medida em que a classe dominada, tivesse como classe organizada, empreendido mudanças significativas nas relações de produção, desencadeando uma revolução social. No bojo do capitalismo, classes sociais com interesses antagônicos lutariam entre si para conservar ou transformar a sociedade existente.

Na concepção de Weber (1983), a transformação da sociedade ocorre nas lutas entre as diversas ideologias, entre as diversas visões de mundo. Uma nova visão de mundo se destaca entre as demais, conquista novos adeptos e se propaga no meio social, e no sentido por ela postulado, conserva ou transforma o mundo. A condição de transformação está condicionada as noções de carisma, posição social e situação de classe.

O carisma como propriedade individual e não uma propriedade adquirida por determinado indivíduo sob determinados condicionamentos sociais, explicaria a criação de ideologias ou as visões de mundo. Weber define carisma como uma “qualidade excepcional de uma pessoa” (Weber, 1983 a, p. 340); dons considerados como sobrenaturais, não acessíveis a todos (Weber, 1983 a, p. 223). É por meio do carisma que o indivíduo – na qualidade de profeta, líder partidário, herói, etc. – produz idéias inovadoras, dando origem e evolução das ideologias particulares. Como ponto de análise o autor analisa que a transformação social do feudalismo para o capitalismo pode ser explicado pela postura racional disseminada pela ética protestante que se proliferava junto a outros condicionantes. O capitalismo apoiado nas idéias da ética protestante de desenvolvimento dos interesses materiais, penetrou nos grupos sociais predispostos a assumir a nova conduta, o novo ethos da racionalidade prática.

No âmbito dessa discussão, a extensão universitária dada suas atividades deveria se converter em campo específico no desencadeamento de processos de conscientização das classes ou se aliasse a partidos políticos identificados com a luta de classes, ou ao menos, na promoção de idéias visando a superação do homem egoísta em homem coletivo.

Do ponto de vista weberiano, a crença seria subverter a lógica racionalista, em função da formação de uma mentalidade mais humana e solidária. Assim, vale considerar que a diretriz extensionista que proclamam a transformação social, mas não identifica por qual orientação teórico – conceitual balizar um conjunto de práticas e atitudes, assume-se mais como discurso do que orientadora de práticas.

### 3. A Emancipação como possibilidade.

Para essa discussão, buscou-se fundamentar o conceito de emancipação a partir dos pensadores da Teoria Crítica, em especial Adorno, Freire e Boaventura Santos.

Na obra *Educação e Emancipação* (2000), Adorno recoloca o desafio para o processo educacional fazer oposição a barbárie a partir de uma educação capaz de promover a emancipação.

Para Adorno (2000), a possibilidade

[...] reside na sociedade e em sua relação com a escola [...] Enquanto a sociedade gerar a barbárie a partir de si mesma, a escola tem apenas condições mínimas de resistir a isto. Mas se a barbárie, a terrível sombra sobre a nossa existência, é justamente o contrário da formação cultural, então a desbarbarização das pessoas individualmente é muito importante. A desbarbarização da humanidade é o pressuposto imediato da sobrevivência. Este deve ser o objetivo da escola, por mais restritos que sejam seu alcance e suas possibilidades (ADORNO, 2000, p. 116-117).

Como a barbárie se apresenta ao homem não pela obviedade, mas por meio de um conjunto de imposições, compromissos e valores impostos, é preciso para combatê-la por meio da educação em compreender seus fatores psicológicos. A desbarbarização implica em ensinar aos jovens a respeitarem o outro, o diferente, a viverem uma educação mais humana, sem competição. Depreende-se que a educação para a emancipação precisa ser inserida não apenas no pensamento, mas na prática educacional. Neste sentido, a escola deve funcionar como um local privilegiado de reflexão contra atitudes preconceituosas, discriminatórias e opressivas. Contudo, estamos diante do mundo capitalista que conclama uma educação que estimula a competição. O que pode ser feito?

Romper com esse paradigma é o que se pode fazer no enfrentamento da lógica da dominação. Ao manter a competitividade como instrumento central da educação continuaremos a ter a barbárie, a exclusão, a legitimidade de uma cultura que predomina sobre a outra, um dominador e muitos dominados. A cultura da competição e do mérito torna a escola lugar de formação de futuros autoritários.

Em Freire (1991), destaca-se que mesmo reconhecendo que o projeto da emancipação humana só seja efetivado numa sociedade socialista que transcenda o modelo negativo do socialismo soviético, reconhecia no contexto real de miséria, injustiça e opressão, as condições materiais para a emancipação. No entanto, a emancipação

humana é fruto da uma luta interrupta, uma conquista efetivada pela práxis humana, uma luta em que o processo de emancipação contempla o processo de humanização tanto do oprimido quanto do opressor. Essa luta unicamente tem sentido quando os oprimidos ao buscarem reconstruir sua humanidade, não se tornam opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade de ambos. “E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores.”(FREIRE, 1991, p.30): “A libertação, por isto, é um parto[...] O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos” (FREIRE, 1991, p.35).

Em seu projeto de educação, Freire almeja a libertação, a humanização e emancipação, reconhecendo que a natureza humana se constitui social e historicamente e que o homem vocacionado a liberdade, busca incessantemente espaços de autonomia. A emancipação consiste num fazer cotidiano e histórico permeado de desafios e possibilidades, mas que, no entanto, não pode se proposta pela classe dominante, mas por aqueles que sonham com a recriação da sociedade. Assim, no contexto da sociedade capitalista, há muitos limites ao processo de emancipação humana. Esta emancipação será sempre um processo em construção, um devenir. Nesse sentido, a emancipação humana no pensamento de Freire é um vivenciar cotidiano, não um projeto a ser concretizado somente num futuro longínquo, inclusive para ser construído e vivido por outros. Portanto, as práticas emancipatórias da humanidade se efetivarão ao mesmo tempo no cotidiano e na história. Ocorre em casa, nas relações entre pais, mães, filhos, filhas, na escola, nas relações de trabalho, espaços fundamentais que possibilitam aos seres humanos o exercício do processo de emancipação.

Mas, de que forma os projetos extensionistas são ou podem ser emancipatórios? Uma das perspectivas de Freire coloca-se sobre o conhecimento crítico da realidade, não com os olhos ingênuos de que tudo pode ser mudado, nem com o pessimismo que imobiliza, é preciso assumir a educação com suas limitações, mas também como tudo que reúne de possibilidades. Nesse sentido, Freire argumenta contra a concepção bancária de educação, como uma educação que não promove a emancipação, ao contrário, reduz o ser humano ao “autômato”, que constitui a negação de sua ontológica vocação de ser mais. Uma concepção de homem como ente vazio, a quem o mundo preencha de conteúdos, constituído numa consciência particularizada, mecanicistamente compartimentada. A superação da sociedade não se verificaria pela educação bancária que reflete a sociedade opressora. Em seu lugar, Freire propõe uma concepção dialógica da educação fundamentada numa compreensão problematizadora do ato de conhecer e a intencionalidade de mudar o mundo.

A sociedade que aí está impõe sua cultura, e o projeto de emancipação humana de Freire resgata o direito e o respeito as diferenças,

entendo-os como advindos das desigualdades sociais. Mas a universidade vem refletindo sobre as práticas educativas que institui nas atividades extensionistas? Como tais práticas se apresentam? Que valores defendem? Refletem sobre o diálogo crítico entre as culturas, potencializando formas mais humanas de convivência ou são mais uma instância de poder exarcebado de uma cultura sobre a outra?

As práticas extensionsitas numa perspectiva emancipatória, reconhecem que o simples direito à diferença entre as múltiplidades de culturas é insuficiente, é preciso estar a favor da transformação das condições e situações de vida e de existência das maiorias destituídas de poder econômico, social e político.

Boaventura Santos apresenta de forma singular uma nova concepção de emancipação. Esta perspectiva nasce do aprofundando da teoria democrática, que contempla uma nova equação entre subjetividade, cidadania e emancipação. Segundo este pensador, no contexto atual, a globalização embora hegemônica vem sendo confrontada com uma visão alternativa a globalização, contra hegemônica realizada por um conjunto de movimentos e organizações que através de vínculos lutam em favor de um mundo melhor, mais justo. O socialismo encontra-se liberto da caricatura grotesca do “socialismo real” e torna-se, portanto, disponível para voltar a ser a utopia de uma sociedade mais justa e de uma vida melhor para todos.

No contexto da hegemonia do capital ocorre também a globalização contra-hegêmonica. Essa exploração econômica geradora de riqueza nas mãos de poucos combina-se com formas de opressão que ampliam ainda mais o potencial de exploração. De modo que se gera na sociedade, além de setores explorados, incluídos no processo de produção capitalista, setores oprimidos, que podem ou não estar inseridos nesse processo. A conformação do modelo de funcionamento dos mecanismos sociais de inclusão e de exclusão foi denominada, a partir da própria produção teórica liberal do final do século XVIII, de contrato social. Santos (1999), considera que o contrato social vem sendo ampliado, setores subalternos tais como as mulheres, as minorias étnicas, pessoas com necessidades especiais e pessoas com distintas orientações sexuais vão, por meio de lutas e concessões, ampliando seus direitos. A própria estruturação do contrato social acontece no conflito entre as forças denominadas por Boaventura de Sousa Santos de emancipatórias e regulatórias. As forças emancipatórias são aquelas que atuam no sentido da ampliação e extensão do contrato social, enquanto que as forças regulatórias atuam no sentido da manutenção dos limites de tal contrato e a permanência das estruturas de exploração e de opressão.

O conceito de emancipação incorpora a possibilidade de transformação social, mas como possibilidade, ou seja, não como determi-

nismo histórico. A emancipação é, dessa forma, uma das forças que age na realidade, na tensão com a regulação, buscando ampliá-la. Está vinculado à ideia de dignidade humana, não estabelecendo uma forma ou uma direção específica na conquista de tal condição. Por outro lado, a disputa pela hegemonia acontece no senso comum, hoje impregnado da visão de mundo dominante, e que pode, e deve, ser tensionado pelo pensamento emancipatório e sua visão de mundo, que se vão criando na construção de alternativas e experiências localizadas.

## 4. Emancipação e práticas de extensão: em busca de novas manifestações.

Diante dessas contribuições sobre a emancipação, resta a Universidade, em especial, o campo da Extensão, a construção de uma prática que possibilite aos estudantes e os sujeitos sociais a vivência da autonomia, a participação na tomada de decisões e a produção de um trabalho coletivo, numa atitude ousada de enfrentamento da hegemonia das forças de regulação (Santos, 2003). O desafio que se apresenta é compreender e desvelar as relações sociais presentes no âmbito local e formar sujeitos aptos à disputa pela hegemonia com as classes dominantes.

O desafio é ainda maior quando reconhecemos de modo recorrente a compreensão de que a extensão é compreendida como a possibilidade única da universidade interagir com a população, dos alunos terem contato com o mundo fora da universidade. Contudo, essa direção não a qualifica, ou seja, como nos articulamos com o mundo fora da universidade? Significa que a universidade sai e leva o conhecimento produzido dentro dela à comunidade? Significa de que saímos da universidade e de forma autoritária nos apresentamos? Significa que não existe o reconhecimento de que é possível também aprender com a comunidade?

Concorre para o agravamento da relação com a comunidade, o fato de que a extensão é, muitas das vezes, vista como atividade secundária entre as funções da universidade, paradoxalmente mais flexível e livre em suas proposições e menos rigorosa sobre a conduta ética no encaminhamento da relação com a comunidade. A extensão menos institucionalizada está menos condicionada a condutas éticas sobre como a universidade por meio de projetos pontuais, unipessoais, se compromete com a comunidade que a cerca. Entramos e saímos, muitas das vezes, sem pedir licença e sem despedidas, encerramentos, finalizações e devoluções sobre o trabalho desenvolvido.

Esta é uma linha de pensamento que reforça a concepção autoritária do fazer acadêmico. Queremos ressaltar que a expressão via de mão única não aparece explicitada de forma precisa nos discursos, contudo, sem valorização, reconhecimento e sem financiamento, a extensão no âmbito das universidades ainda carece de um aprofundamento conceitual, o que a leva a ambigüidades, pouca clareza sobre as formas de se relacionar com esse “lado de fora” da universidade.

Esperançosamente, aguardo que a extensão, aprofunde ainda mais os conceitos que fazem parte de suas diretrizes e, a partir de seus projetos, tematize de uma maneira clara as questões locais, a preocupação com o outro, não só pela formação crítica dos estudantes, mas pelo entendimento de que universidade ao se aproximar da sociedade amplia a troca de saberes e as possibilidades de emancipação dos grupos excluídos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T.. Educação e emancipação. São Paulo - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FRANZ, Walter. Concepções de Universidade e de Extensão Universitária. In: FÓRUM DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA ACAFE, 6., 2005, Chapecó. Anais 2005. Argos Editora Universitária.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2001

SANTOS, B. S. A transição paradigmática: da regulação à emancipação. Oficina do CES, Coimbra-Portugal, n. 25, 1995.

\_\_\_\_\_. Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento, 2002

\_\_\_\_\_. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 9ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

WEBER, Max. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1983

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2003.